



Política de Direito dos Titulares

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em vigor no Brasil, busca a proteção de dados pessoais dos Titulares que possuam seus dados pessoais tratados por terceiros, estando a **MARTELLO CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA** engajada no respeito de tal norma.

Com tal cenário, este documento pretende apresentar aos Titulares de dados pessoais tratados pela **MARTELLO CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA** quais são seus direitos e como eles podem ser exercitados.

Mas para melhor compreensão de alguns termos contidos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e usados nesta Política, necessário que seus conceitos sejam tornados claros, em atenção ao fundamento da autodeterminação informativa, e dos princípios da transparência, da responsabilização e da prestação de contas.

- Dado Pessoal: Toda e qualquer informação relacionada à pessoa natural (física) identificada ou identificável. (art. 5º, I, Lei 13.709/18)
- Dado Pessoal Sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural; (art. 5º, II, Lei 13.709/18)
- Titular: Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento. (art. 5º, V, Lei 13.709/18)
- Controlador: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. (art. 5º, VI, Lei 13.709/18)
- Operador: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador. (art. 5º, VII, Lei 13.709/18)
- Tratamento de dados: Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração. (art. 5º, X, Lei 13.709/18)

- Consentimento: Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada. (art. 5º, XII, Lei 13.709/18)
- Eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado (art. 5º, XIV, Lei 13.709/18);
- Uso Compartilhado de Dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados; (art. 5º, XVI, Lei 13.709/18)

Com tais conceitos, fica mais claro para você, Titular de dados pessoais, entender quais são seus direitos e como exercê-los.

Mas você sabe quais são eles?

A própria Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) apresenta quais são estes direitos em seu art. 18, contudo já afirmando no art. 17 que estes dados são do Titular e não de quem os trata:

- *confirmação da existência de tratamento;*
- *acesso aos dados;*
- *correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;*
- *anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;*
- *portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;*
- *eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD;*



- *informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;*
- *informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;*
- *revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da LGPD.*

E como faço para exercer estes direitos?

Sempre que você precisa exercer algum destes direitos, poderá enviar requerimento expresso pessoal ou através de representante legalmente constituído através de procuração, sem custo, endereçado para **dpolgpd@martello.com.br**, que tão logo tenhamos as informações que solicitou ou que tenhamos praticado a ação desejada, lhe responderemos.

Importante lembrar que em seu requerimento o Titular deverá indicar a forma de contato atualizada, autorizando que a resposta ao seu requerimento seja enviada por tal meio (e-mail, por ofício em endereço físico, etc.) (art. 19, § 2º, LGPD)

Informações Adicionais

Para o exercício de alguns direitos previstos na LGPD, importante saber que alguns deles ainda estão pendentes de regularização pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) como, por exemplo, o direito de portabilidade, e o formato de entrega de cópia eletrônica integral de dados para uso subsequente pelo Titular (art. 19, § 3º).

Na hipótese de requerimento de correção de dados, o Titular deverá apresentar documento idôneo que comprove o erro no registro que pretende seja corrigido, bem como a forma correta que deverá constar após a correção solicitada (art. 4º, lei 9.507/97).

Acaso seu desejo seja exercer seu direito de exclusão dos seus dados, importante informar que nem sempre será possível atendê-lo de forma imediata em razão da previsão da própria LGPD que alguns deles poderão ser retidos para a preservação de direitos da **MARTELLO CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA** relacionados ao cumprimento de obrigações legais e/ou regulatórias, e no exercício de tratamento por



alguma das hipóteses previstas nos artigos 7º e 11 da LGPD, mas sempre apenas em relação aos dados mínimos necessários para tanto.

Isto não quer dizer que haverá descumprimento da LGPD, mas apenas que a própria Lei criou uma exceção ao direito de eliminação imediata dos dados por solicitação do Titular.

Desta forma, o Titular fica ciente de que a **MARTELLO CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA** poderá permanecer utilizando os dados para as seguintes finalidades, entre outras:

- Para cumprimento de obrigações decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária, incluindo o disposto em Acordo ou Convenção Coletiva;
- Para cumprimento, pela Controladora, de obrigações impostas por órgãos de fiscalização;
- Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

Além das informações contidas nesta Política, outras se encontram previstas nas Políticas de Privacidade da empresa que pretendem tornar mais claras as regras que a mesma utiliza para o tratamento dos dados pessoais de funcionários, clientes e terceiros que com ela se relacionam.

Qualquer dúvida em relação à nossa política de Direito dos Titulares pode ser esclarecida entrando em contato:

FONE: (49) 3251-7800

E-MAIL dpolgpd@martello.com.br

Lages, 01 de setembro de 2022.

MARTELLO CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA